



Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO XCVII - 98º DA REPÚBLICA - Nº 26.248

BELÉM - QUINTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1988

GOVERNADOR DO ESTADO
HÉLIO MOTA GUEIROS
VICE-GOVERNADOR
HERMÍNIO CALVINHO FILHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Mariuadir Santos
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Ossiam Corrêa de Almeida
CASA MILITAR
Major PM Flaviano Gomes Melo
CASA CIVIL
Frederico Coelho de Souza

SECRETARIADO

ADMINISTRAÇÃO
Maria de Nazaré de Kós Miranda Marques
JUSTIÇA
Itair Sá da Silva
FAZENDA
Frederico Aníbal da Costa Monteiro
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
Paulo Elcídio Chaves Nogueira
SAÚDE PÚBLICA
Nilo Alves de Almeida
EDUCAÇÃO
Therezinha Moraes Gueiros
AGRICULTURA
Cláudio Furman
SEGURANÇA PÚBLICA
Cel. PM Antônio Carlos da Silva Gomes
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Amílcar Alves Tupiassu
CULTURA
João de Jesus Paes Loureiro
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO
Nélson de Figueiredo Ribeiro
TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
Romero Ximenes Ponte

PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Filho
CONSULTOR GERAL DO ESTADO
Daniel Queima Coelho de Souza

NESTA EDIÇÃO

DESPACHOS
Do Governador do Estado

PORTARIAS
Das Secretarias de Estado de Administração e Indústria, Comércio e Mineração

EXTRATO DE CONTRATO
Da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas

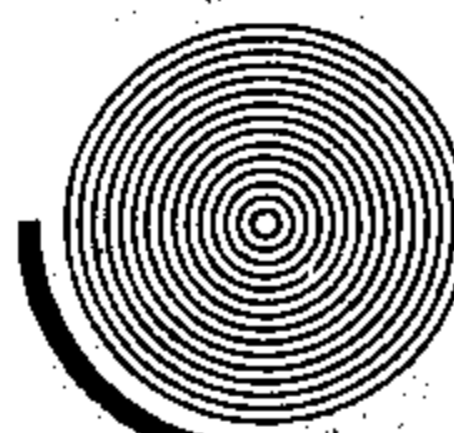
EXTRATOS DE CONTRATOS
Da Secretaria de Estado da Fazenda

EXTRATOS DE CONVÊNIO E DE TERMOS ADITIVOS
Da Secretaria de Estado de Saúde Pública

EXTRATOS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATO
Da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social

EXTRATO CONTRATUAL
Da Centrais Elétricas do Pará

1º CADERNO
32 Páginas



IMPRESA OFICIAL

820

RELATÓRIO DA DIRETORIA E NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO - A Diretoria da PROPSA no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar os demonstrativos financeiros dos exercícios sociais de 1972 a 1987, bem como a disposição dos interesses e documentação prevista na Lei 4047/76. Orossim informa, sob as referidas demonstrações, os dados elaborados com base nas informações e documentos encaminhados de Lei 6.404 / 76, de modo que aqueles que desejarem obter maiores detalhes, podem consultar as referências mencionadas.

PROPSA-PROGRESSO DO PARÁ SOCIEDADE ANÔNIMA SANTA FAZENDA CAIAPÓ S/NP - PARÁ NA DO ARAGUAIA - C.C.O. 22-989.768/0001-712

Table with multiple columns for years 1972 through 1987, detailing financial statements such as Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Capital, and Fluxo de Caixa. Includes various sub-sections like Ativo, Passivo, Receita Operacionais, and Saldo de Exercício Anterior.

RESUMO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BARRIO DE SANTA LIDIA, aprovada em sessão de Assembleia Geral realizada no dia 16 de abril de 1987. Denominação: Associação dos Moradores do Barrio de Santa Lúcia. Sede Provisória: Rua dos Reis, nº 22, Bairro de Santa Lúcia, Km 38, Freguesia de Maracá, Município de Castanhal, Estado do Pará. Data de Fundação: 16 de abril de 1987. Finalidade: Promover a melhoria das condições de vida da população do Barrio de Santa Lúcia, através de programas de saneamento, educação, recreação, assistência social e econômica. Diretoria: Presidente: Luiz Leite de Souza; Vice-Presidente: João Nunes de Souza; Secretário: Severino dos Reis; Tesoureiro: Walter Teles Gomes. Moju, 30 de novembro de 1987. Presidente: LUIZ LEITE DE SOUZA.

RESUMO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO RAMAL DA SOCIEDADE RODOVIA PA-252, aprovados em sessão de Assembleia Geral realizada no dia 16 de março de 1987. Denominação: Associação dos Moradores do Ramal da Sociedade Rodovia PA-252. Sede Provisória: Rua dos Reis, nº 22, Bairro de Santa Lúcia, Km 38, Freguesia de Maracá, Município de Castanhal, Estado do Pará. Data de Fundação: 16 de março de 1987. Finalidade: Promover a melhoria das condições de vida da população do Ramal da Sociedade Rodovia PA-252, através de programas de saneamento, educação, recreação, assistência social e econômica. Diretoria: Presidente: Luiz Leite de Souza; Vice-Presidente: João Nunes de Souza; Secretário: Severino dos Reis; Tesoureiro: Walter Teles Gomes. Moju, 30 de novembro de 1987. Presidente: LUIZ LEITE DE SOUZA.

RESUMO DO ESTATUTO DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR SANTO ANTONIO - SANTA MARIA-PARÁ. Denominação: Sociedade Comunitária de Habitação Popular Santo Antonio. Sede e Foro: Em Santa Maria do Pará. Prazo de duração: indeterminado. Finalidade: suprir a necessidade de habitação da população carente e de baixa renda, admitidos como tais os indivíduos que não possuam casa própria e que percebam rendimentos pessoais de até 4 salários mínimos. Patrimônio: o patrimônio da Sociedade é formado pelos recursos privados e auxílios de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, nacionais e estrangeiras; b) bens móveis e imóveis, adquiridos e doados recebidos em doação; c) bens móveis e imóveis, adquiridos e doados pelo Conselho Comunitário de Habitação Popular Santo Antonio, em caráter de substituição simples indicados por quem os tenha em seu patrimônio pessoal. Responsabilidade: Os sócios não respondem pelos compromissos sociais. Administração e Representação: A Diretoria: Presidente: Antônio Margareth Teixeira Jacques; 14 Tesoureira: Deuzarina Lisboa Pereira. Moju, 30 de novembro de 1987. Presidente: JOSE FLAVIO RODRIGUES DE MORAES.

(G. R. nº 22972)

(G. R. nº 22973)

(G. R. nº 22975)

JOSE FLAVIO RODRIGUES DE MORAES

JOSE FLAVIO RODRIGUES DE MORAES

JOSE FLAVIO RODRIGUES DE MORAES

RESENHAS DA JUSTIÇA ESTADUAL

Resenha do dia 10.06.1988

Cartório Moacyr Santiago-1º Ofício do Cível e Comércio, Órfãos, Ausentes e Interditos
Juiz: Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva
Escrivã: Stael Santiago

Proc. nº 4977/88-AÇÃO DE REVISIONAL DE ALUGUEL
A: Mário Teixeira de Farias
R: Sérgio Alex Maquita de La Rocque
Adv.: Drs. Paulo Ricci e Sábato U. M. Rossetti
Despacho: Nomeio o Dr. José Monteiro David por sua reconhecida capacidade e seriedade para realizar a pericia no imóvel, fornecendo ao juiz elementos para fixar o aluguel atualizado. Arbitro honorários do perito em Cr\$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos cruzados), que deverão ser depositados em Cartório para o início da pericia que deverá ser realizada no prazo máximo de 20 dias. Intimem-se as partes para, se desejarem, assistir o trabalho do perito. Belém, 09/VI/88.

Proc. nº 5215/88-AÇÃO DE ALVARÁ
A: Claudete Maria Figueira da Conceição
Adv.: Dr. João Batista Figueira Marques
Sentença: Vistos, etc. Tendo em vista a documentação junta e o parecer favorável do Ministério Público, obedecidas as formalidades legais, defiro o pedido de Alvará requerido por Claudete Maria Figueira da Conceição, autorizando-a a receber os valores que estão depositados em contas de poupança da Caixa Econômica Federal, e em conta corrente do Banco Meridional, em nome de seu falecido marido Rubens Guilherme Barbosa da Conceição, cujo óbito ocorreu nos 12 dias do mês de abril próximo passado, conforme documento de fls. 09. Erpõem-se os Alvarás solicitados. Escoado o prazo recursal, pagas as despesas processuais e cumpridas as demais formalidades legais, arquivem-se o processo. P.R.I. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5260/88-PROCESSO DE EXECUÇÃO
A: Importadora de Ferragens S/A
R: A. Gonçalves Acumuladores Elétricos
Adv.: Dr. Célia Maria Lisboa Pereira
Despacho: A.R. Cite-se. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5257/88-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
A: Artur Paulo Bezerra de Melo
R: Carolina Augusta Pinho
Adv.: Dr. Paulo Ernesto de Souza

Despacho: A.R. Designo o dia 28 de junho para a requerida vir ou mandar receber a quantia ofertada até o meio dia. Cite-se a ré. Se vier e receber, ficam os honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor ofertado, evitando-se com isso, e dificultar o encerramento da questão. Façam-se os abatimentos de honorários e despesas processuais. Constatem no mandado, as advertências dos arts. 285 e 319 do C.P.C. Agravado, se for o caso, o depósito das prestações vincendas. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5256/88-AÇÃO EM CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
A: Belém Timbers Ltda.
R: Kawana-Indústria de Móveis Ltda.
Adv.: Dr. Glace Aragão Albuquerque
Despacho: A.R. Designo o dia 23 de junho para a ré vir ou mandar receber. Cite-se a ré. Se receber, os honorários advocatícios ficam arbitrados em 10% sobre o valor da causa. Constatem no mandado as advertências dos arts. 285 e 319 do C.P.C. Se for o caso, autorizo o recolhimento das prestações vincendas. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5254/88-AÇÃO DE CURATELA
A: Helli Nazareth Jordão
R: Marcelo Augusto da Silva
Adv.: Dr. José Acreano Brasil
Despacho: A.R. Audiência para ouvir e examinar o interditando do dia 23 de junho, às 17,00 hs. Cite-se o interditando. Dê-se ciência ao M.P. Nomeio o Dr. Lucimar Ribeiro para funcionar como perito judicial, arbitrando em oito mil cruzados seus honorários. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5085/88-AÇÃO DE DESPEJO
A: Júlio da Silva Maués
R: Joana de Oliveira Lima
Adv.: Dr. Tereza Cristina Alves
Sentença: Vistos, etc. Júlio da Silva Maués, ingressou contra Joana de Oliveira Lima, ambos qualificados, com a presente ação de despejo por falta de pagamento de alugueres do imóvel residencial pertencente ao Autor, localizado na Passagem Esportiva nº 06, Transpauzeiro, dado em locação à Ré. Produziu prova documental suficiente. A ré, devidamente citada não purgou a mora, nem apresentou defesa, conforme certidão da escritania de fls. 14. É o relatório. DECIDO. Não há muito o que fundamentar nesta sentença diante da confissão feita por parte da ré quanto ao vínculo locativo e ao atraso no pagamento dos alugueres, reputando-se, como verdadeiros, os fatos articulados pelo Autor, aplicando-se pois, o

que dispõe o art. 319 do Código de Processo Civil. Decreto, em caráter de resilição da ré e julgo procedente o pedido do Autor, quanto ao despejo da locatária supra referida, dando-lhe um prazo de 60 (sessenta) dias para desocupação do imóvel para sua família. Caso não desocupe a casa nesse período, fica deferido desde já, a expedição do mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça. Condano a Ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que arbitro em Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzados), com fundamento no que dispõe o art. 20, § 4º do Cód. de Proc. Civil. P.R.I. Belém, 08 de junho de 1988.

Proc. nº 4969/88-PROCESSO DE EXECUÇÃO
A: Banco do Estado do Amazonas S/A
R: Macon-Madeiras e Materiais de Construção Ltda.
Proc. nº 4969/88-A-EMBARGOS À EXECUÇÃO
Ete.: Macon Madeiras e Materiais de Construção Ltda.
Ed.: Banco do Estado do Amazonas S/A
Adv.: Drs. Fernando Gonçalves, Madalena Quites, Mauro Cruz
Despacho: Concedo o prazo de 15 dias para a juntada da procuração ao advogado Mauro Cruz. Ao Contador. Confeccionada a conta, fica o executado obrigado a efetuar o pagamento em 24,00 horas. Quando ao pedido do advogado Fernando da Silva Gonçalves que foi o patrono do Executado, tendo, como trabalho, a apresentação dos embargos, fixo os honorários deste advogado em Cr\$ 15.000,00 (Quinze mil cruzados), com fundamento no que dispõe o § 4º do art. 20 do Cód. de Proc. Civil. Fica, o Executado, desde já intimado, que este Juízo não homologará acordo se todas as despesas processuais, inclusive os honorários dos dois advogados não forem pagos. Ao advogado Mauro Cruz, arbitro honorários advocatícios em dez mil cruzados (Cr\$ 10.000,00), tendo em vista que seu esforço foi menor, neste processo, consubstanciado apenas na petição de fls. 11 solicitando para baixar a conta. Int. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5150/88-AÇÃO DE DESPEJO
A: Arthur Alves Martins
R: Luiz Gomes Silva Araújo
Adv.: Dr. Maria D'Assunção Monteiro Tavares
Despacho: O réu confessou tacitamente o vínculo locativo, delebrado, segundo o Autor, verbalmente. O processo está amadurecido para sentença, tendo em vista o inexplicável mistério do réu. Entretanto, antes da manifestação final deste Juízo, determine que o Autor apresente a prova de propriedade de do imóvel para dar maior robustez à instrução. Cumprida esta exigência, a conclusão para sentença. Int. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5030/88-AÇÃO DE INVENTÁRIO
A: Nelson Domingos de Jesus
Esp.: Neusa de Nazaré Corrêa de Jesus
Adv.: Dr. Maria Lúcia de Melo Carrasmanho
Despacho: Proceda-se a avaliação dos bens. Belém, 08/VI/88

Proc. nº 5248/88-A-AGRAVO DE INSTRUMENTO
A: Dalva José Pereira
Adv.: Nelson Marcelino Batista
Adv.: Drs. Carlos Platilha e Flávio de Carvalho Maroja
Despacho: Cumpra-se o despacho de fls. 27, inclusive, intimando-se, o agravado para indicar peças e indicar documentos novos. (art. 504 do C.P.C.). Intimem-se o agravado para responder. Se o agravado juntar documento novo, com vista ao agravante para dizer sobre ele. Depois, ao Contador, intimando-se o agravante para o preparo, vindo, após, a conclusão para manter ou reformar o despacho da Juíza. Belém, 08/VI/88.

Proc. nº 5149/88-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
A: Delma Guimarães da Silva
R: Marina de Resende Dias
Adv.: Drs. Abraham Assayag e Antonio Lopes Lourenço
Sentença: Vistos, etc. Homologo, por sentença, para que se produza os devidos efeitos legais, a desistência formulada por Delma Guimarães da Silva, neste processo de Consignação em Pagamento que move contra Marina de Resende Dias. Decreto, em consequência, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, com fundamento no que dispõe o art. 257, inciso VIII do Cód. de Processo Civil. Escoado o prazo recursal, pagas as despesas processuais e cumpridas as demais formalidades legais, arquivem-se o processo. P.R.I. Belém, 08/VI/88.

Belém, 10 de junho de 1988

STAEI SANTIAGO
Escrivã

RESENHA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E COMÉRCIO DESTA COMARCA DE BELÉM, CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC.
JUÍZA: Doutora ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS.
ESCRIVÃ INTERINA: ELANIR PESSOA GOMES DA SILVA.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autora: REGINA CÉLIA FERNANDES DA SILVA. Réu: RAIMUNDO JOSÉ BITTENCOURT. Despacho: "Cite-se". Em, 10.06.88. Advogado: Laurêncio Miranda da Rocha.

2ª Vara Cível e Comércio. AÇÃO ORDINÁRIA. Autores: LAERCIO ELIHO PONTES FIDALGO e sua mulher JOANA CARDOSO FIDALGO. Ré: CONSTRUTORA FLÁVIO ESPERITO SANTO LTDA. Despacho: "Em provas". Em, 10.06.88. Advogados: Jaci Monteiro Colares e Antonio Candido Barra Monteiro de Brito.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credor: FRANCO CISCO LOBATO MATA. Devedor: CARLOS JOSÉ DE LIRA. Despacho: "Ao Sr. Oficial de Justiça para recolher os autos no prazo de 48 horas e o mandado devidamente cumprido. Outrossim, deverá recoir a citação e penhora na pessoa do executado Carlos José de Lira e não Carlos Alfredo Marques de Lira, conforme denúncia formulada às fls. 20 v". Em, 10.06.88. Advogados: Mauro Mendes da Silva e Abraham Assayag.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autora: ADALCIMIRA DUARTE FREITAS. Réu: FRANCISCO GOMES DE MOURA. Despacho: "Ao Sr. Oficial de Justiça para proceder as diligências a fim de comprovar o alegado às fls. 41". Em, 10.06.88. Advogados: José Maria Vianna Oliveira e Francisco Pompeu Brasil Filho.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autores: CARLA SUELI CARNEIRO e CARLOS ALBERTO CARNEIRO (assistido por sua mãe, MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO). Réu: ARNALDO JORDI FIGUEIREDO. Despacho: "Indefiro o pedido de fls 25, uma vez que o prazo de seis meses concedido ao réu-locatário ainda não expirou, pois a homologação do acordo celebrado em conformidade com o disposto no art. 52 § 4º da Lei 6.649, de 16.05.79, ocorreu em 11.02.88". Em, 10.06.88. Advogados: José Acreano Brasil e Glaerson Dias Figueireda.

2ª Vara Cível e Comércio. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. Autora: IRACEMA DA SILVA LOURENÇO. Réus: PANIPI CADERA FORMOSA LTDA. Despacho: "Cite-se". Em, 10.06.88. Advogado: Antonio Lopes Lourenço.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credor: ANTONIO GIRARD MARTINS. Devedor: MANOEL DO NASCIMENTO AÍRES DA SILVA. Despacho: "Proceda o Sr. Oficial de Justiça a penhora do bem oferecido após intime-se o executado da penhora deixando-o como fiel depositário". Em, 10.06.88. Advogados: Dilma Galvão Martins e Moisés Martins Porto.

2ª Vara Cível e Comércio. ALVARÁ. Requerentes: ROBERTO JORDÃO LOBATO, (m. impúbere); FLÁVIO DE AZEVEDO LOBATO JUNIOR, (menor púbere); assistidos por seus pais FLÁVIO AZEVEDO LOBATO FILHO e ANA JULIA JORDÃO LOBATO. Despacho: "A.Diga o M. Público". Em, 09.06.88. Advogado: José Augusto Potiguar.

2ª Vara Cível e Comércio. ALVARÁ. Requerente: FELICIDADE DE OLIVEIRA PINHEIRO. Despacho: "A.Diga o M. Público". Em, 09.06.88. Advogado: Carlos Alberto Ferreira de Arruda.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: CREDDICARD S/A - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO. Devedor: FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS RAPOSO. Despacho: "A.Cite-se". Em, 09.06.88. Advogada: Jacirema Bezerra Sousa de Almeida.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: VIVENDA - ASSOCIAÇÃO DE POUANÇA E EMPRESTIMO. Devedora: MARIA SUELI DOS SANTOS SOUZA. Despacho: "Expeça-se o mandado na forma da lei". Em, 10.06.88. Advogada: Helena Rocha Lobato.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autor: HAMILTON MENDONÇA DE OLIVEIRA. Ré: LUCIMAR BRASIL FERREIRA. Despacho: "Junte aos autos, cópia do mandado de citação da ação de consignação, em pagamento que o mesmo figura como réu e que tramita pela 10ª Vara Cível". Em, 10.06.88. Advogados: Valtair Silva Santos e José Maria de Lima Costa.

2ª Vara Cível e Comércio. EMBARGOS DE DEVEDOR. Embargante: L.C.S ENGENHARIA LTDA. Embargado: GUILHERME DIAS ATHAÍDE. Sentença: (Parte final). "Isto posto, julgo procedente, em parte, os embargos para determinar que seja feita a liquidação por artigos das despesas de reparos, prosseguindo-se, porém, com a execução dos alugueres e multa por serem líquidos e certos. Condano as partes nas custas de acordo com o art. 21 do Código de Processo Civil, bem como cada parte arcará com a verba honorária de seus advogados. À Conta. P.R. Intime-se". Em, 10.06.88. Advogados: Marcelo Gonçalves Chaves e José Maria Tuma Haber.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autor: MÁRIO MOREIRA DOS SANTOS. Réu: JERFESON BRAGA RODRIGUES. Despacho: "Renove-se as diligências para o dia 20.07.88., às 10 horas". Em, 10.06.88. Advogados: José Antonio Coelho e Maria de Nazaré Castro Maia.

parte acrescida do murado não possui alicerce suficiente. Produziu prova documental juntando também fotografias. Em face do ter arrolado testemunhas foi designada audiência de justificação sendo que nestas as testemunhas não compareceram. Foi dito que as testemunhas não puderam comparecer porque foram transferidas para Brasília, justificativa esta que não aceito porque não, digo, o autor não fez prova do alegado, mesmo tendo tido tempo para tal pois uma transferência não ocorre da noite para o dia, além do que o advogado do autor esteve com este juiz na véspera da audiência e nada requereu sobre o assunto, daí porque não é possível transferir a audiência. Quanto ao pedido liminar nesta fase processual entante, fica indeferida, sem entrar no mérito da questão porque algumas circunstâncias precisam ficar demonstradas com maior robustez o que só se dá possível com o laudo pericial. Até mesmo as fotografias juntas só podem ser analisadas em conjunto com a pericia. As testemunhas poderiam, e verdadeiramente ao juiz elementos de tempo indispensáveis à concessão da liminar, sendo que a obra já está embargada pela autoridade policial. Fica indeferida a liminar. O réu a partir deste momento fica citado para contestar a ação sob pena de ser considerada como verdadeira as alegações do autor, ficando ciente de que não será expedido mandado, ficando sua assinatura neste termo. Esta decisão foi tomada em audiência. P.R.L. Belém, 10 de junho de 1988.

mente prestada. Depois do exame, determinarei a expedição do mandado liminar, e a entrega dos bens ao Autor. Se surgir postura recursal, via agravo, farei consideração mais profunda, inclusive se tem, ou não aplicabilidade o disposto no art. 7º do Decreto-Lei 116 de 25 de janeiro de 1967, em se tratando de bem de terceiro, não contratante de transporte marítimo. Por ora, bastam estas considerações para a concessão da liminar. Cito-se para contestar, em cinco dias, indicando provas (art. 802, § único, II), presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 285 e 319), caso não seja a ação contestada (art. 803) Int. Belém, 10/VI/88.

Proc. nº 5013/88-AÇÃO DE DESPEJO
A: Manoel do Vale Alves e Lúcia Alves Moreira
R: Demostenes de Oliveira
Adv.: Drs. Jorge Ferreira Monteiro e Luiz Carlos de Assis
Despacho: Sim. Intime-se para providenciar. Belém, 10/VI/88.

Belém, 13 de junho de 1.988

[Handwritten signature]
STAEEL SANTIAGO-
Escrivã

Juízo de Direito da 1ª Vara do Cível e Comércio, Órfãos, Ausentes e Interditos da Comarca de Belém/Pará
Juíza: Dra. Lúcia C. Seguin Dias Cruz
Cartório: Moacyr Santiago
Escrivã: Stael Santiago

x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

Proc. nº 3.880/86 - Ação de Despejo
A: José Bennach
R: Albras - Alumínio Brasileiro S/A
Adv.: Dr. Rosomiro Arrais e Paula Fernanda Brasil
Sentença: Vistos, etc. ... Face a informação supra, mando sejam estes autos ARQUIVADOS na forma da Lei. Se os interessados pretendem dar continuidade ao mesmo, deverão pagar as custas processuais devidas. P.I.R.

Proc. nº 3.889/86 - Ação de Despejo
A: Claudia Amália Afonso de Miranda
R: Veridiana dos Santos Bittencourt
Adv.: Dr. José Paulo Queiroz
Sentença: Idêntica a anterior.

Proc. nº 3.992/86 - Ação de Despejo
A: José Maria da Silva
R: Manoel Francisco de Almeida
Adv.: Dr. Haroldo Fernandes
Sentença: Idêntica a anterior.

Proc. nº 4.053/87 - Ação de Despejo
A: Olga Figueiredo da Silva
R: Carlos Jamildo Santana Correia Lima
Adv.: Dr. José Maria Viana Oliveira
Sentença: Idêntica a anterior.

Proc. nº 4.081/87 - Ação de Despejo
A: Arideu Lino Dias
R: Cícero Augusto Romano Passos
Adv.: Dra. Maria Renêe Maia e Saldy Dias
Sentença: Idêntica a anterior.

Proc. nº 4.094/87 - Ação de Despejo
A: Alcindo Gonçalves Filho
R: Mary Lúcia Gomes Marques
Adv.: Dr. Milton Chagas
Sentença: Idêntica a anterior.

Proc. nº 4.166/87 - Ação de Despejo
A: Fernando Augusto Martins Lopes
R: Irmão Medeiros Ltda.
Adv.: Dr. Haylton Reis.
Sentença: Idêntica a anterior.

Proc. nº 3.693/86 - Ação de Despejo
A: Antônio Pontes Ferreira
R: Valdeci Vileira da Silva
Adv.: Dr. José Maria Castro Castilho e Adalberto Maroja Netto.
Despacho: À conta. Arbitro os honorários advocatícios em 20% sobre o valor do imóvel.

Proc. nº 3.696/86 - Ação de Despejo
A: Construmac Ltda.
R: Luis Evaristo Bonfim
Adv.: Dr. Fernando da Silva Gonçalves
Despacho: Diga o autor se o réu já desocupou o imóvel, face a sentença de fls.

Proc. nº 4.446/87 - Ação de Despejo
A: Ney Humberto Gonçalves
R: Odete Martins Dias
Adv.: Dr. Edison M. Almeida
Despacho: Diga o autor, se ainda há interesse em prosseguir esta ação.

Proc. nº 4.480/87 - Ação de Despejo
A: Orlívia Rodrigues de Lacerda Ferreira
R: América Trindade França
Adv.: Dr. João Barckmans da L. Ferreira
Despacho: Informe, o autor, se a ré já desocupou o imóvel.

Proc. nº 4.603/87 - Ação de Despejo
A: Julia Corgovil da Brito Filha
R: Maria José Monteiro Santos
Adv.: Dra. Jeanette A. Casseb Prado
Despacho: Diga a autora se o imóvel já foi desocupado, face a sentença ter sido prolatada em dezembro/87.

Proc. nº 4.682/87 - Ação de Despejo
A: Gerson Souza Braga
R: Jorge Agostinho de Souza
Adv.: Dr. Fernando Ricardo Wanzeler
Despacho: Dê-se ciência ao autor da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 10 verso.

Proc. nº 4.715/87 - Ação de Despejo
A: Rogolpo Carlos Chaves da Cunha
R: Claudio Augusto Gazal Teixeira
Adv.: Dra. Glória de Fátima T. Barros
Despacho: Encaminhe-se o presente à Conta.

Proc. nº 4.757/87 - Ação de Despejo
A: Raimundo Delfino de Lima
R: Maria Assunção Seabra
Adv.: Dr. Raimundo Wilson Fialho da Rocha e Epitácio Santana.
Despacho: Defiro o pedido de fls. 29. Cumpra-se.

Proc. nº 4.854/87 - Ação de Despejo
A: Jorge Luiz Ferreira Cunha
R: Maria de Fátima Grasseto
Adv.: Dr. Iraclides Holanda de Castro
Despacho: Em provas.

Proc. nº 4.905/87 - Ação de Despejo
A: Antonio Oliveira de Souza
R: Marciohila Fernandes
Adv.: Dr. Nilton Rodney da Silva Souza, Glória de Fátima T. Barros e Atahualpa Fernandez Neto.
Despacho: Informe o Sr. Escrivão, o nome de um perito que esteja em condições de proceder a vistoria requisitada.

Proc. nº 3.099/85 - Inventário dos bens deixados por falecimento de Eufrasia de Oliveira Nascimento.
Invte.: Emídio Martins Paradela
Adv.: Dr. Fernando Wanzeler
Despacho: Defiro o pedido de fls. 122, item II. Deposite-se em juízo o valor a que se refere o dr. Curador Especial em seu patritório de fls. 120.

x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

Juíza: Dra. Ana Tereza Sereni Murrieta

Proc. nº 3.962/86 - Interdito Proibitório
A: Geneciano Fernandes Luz e s/mulher
R: Manoel José Henriques e s/mulher
Adv.: Dra. Maria Santana da Luz Ferreira e Luiz dos Santos Moraes.
Despacho: Determino para o dia 22.06.88 às 8 horas, para a realização da demarcação em pauta. Ciente os peritos e assistentes técnicos.

Belém, 13 de junho de 1988

STAEEL SANTIAGO - Escrevente Juramentada.

[Handwritten signature]

RESENHA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E COMÉRCIO DESTA COMARCA DE BELÉM, CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC.
ESTUA: Doutora ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS
ESCRVÃ INTERINA: ELANIR PESSÔA GOMES DA SILVA.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autora: MARIA GLENTINA MODESTO DE MOURA. Réu: VIVALDO DE SOUZA LEÃO. Despacho: "À Conta". Em, 13.06.88. Advogado: Raimundo P. Cavalcante.

2ª Vara Cível e Comércio. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. Autora: BELAUTO ADMINISTRADORA LTDA. Ré: SAKTONI PAES E DOGOS LTDA. Despacho: "À Conta". Em, 13.06.88. Advogados: Augusto Roberto Klau Tau de Arazão e Ophir Coutinho.

2ª Vara Cível e Comércio. AÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. Autor: CRISTO NAZARÉ BARBOSA DO NASCIMENTO. Ré: GERALDO RADELO BARBOSA. Sentença: "Vistos, etc." Homologo por sentença a presente ação e seu respectivo laudo para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos". Em, 13.06.88. Advogada: Evangelina A. Farah.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: SOCI LAR - CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A. Devedora: MARIA MAGDALENA DA COSTA MEYDONÇA. Despacho: "Expeça-se o mandado na forma da lei". Em, 13.06.88. Advogado: Milton Nobre.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A. Devedores: JOSÉ ANTONIO CARAN e sua mulher, dona ZORAIDE BOLDRINI CARAN. Despacho: "Cite-se por edital a ré Zoraide Boldrini Caran, pelo prazo de 20 dias". Em, 13.06.88. Advogado: Oswaldo Blanco de Abru nhosa Trindade.

Proc. nº 2928/85-AÇÃO APROPRIATÓRIA
A: Damião de Araújo Silva
R: Antonio Barbosa
Adv. Drs. Adelmira C. Maia e Terezinha de J.A. e Silva
Despacho: Chamo o processo à ordem para suspender a audiência que haverá sido designada pela ex-juíza do feito, a fim de que, primeiro seja realizada a pericia topográfica, deferida pela MM. Juíza que presidia o feito às fls. 67 dos autos. A pericia deve informar ao Juízo, basicamente o seguinte: a) se o terreno, objeto desta ação é o mesmo que está transcrito na Escritura Pública anexada na inicial. b) que seja informado o valor estimado do terreno sem a benfeitoria. c) que sejam descritas as benfeitorias existentes e, se possível sua data provável com os respectivos valores atuais de cada uma. d) que seja informado a este Juízo qual a natureza que consta no imóvel. Pode ser informado tudo o mais que achar necessário. Nomeio o Dr. José Monteiro David para funcionar como perito, arbitrando seus honorários em seis mil cruzados (Cz\$6.000,00). O valor da pericia deve ser repartido entre as partes, porque se avizinha em acordo. As partes compareceram, pessoalmente, perante minha presença e manifestaram o desejo de acordo. Ou o autor indeniza as benfeitorias do Réu: Ou este adquiere o terreno onde ergueu a benfeitoria. Intimem-se as partes a formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, em cinco dias. Determino que a pericia se realize no mais tardar até o dia 10 de julho próximo. Int. Belém, 09/VI/88.

Proc. nº 5065/88-AÇÃO DE REVISIONAL DE ALUGUEL
A: Oscarina Vieira de Souza
R: Antonio da Cruz Ferreira Neto
Adv.: Drs. Paulo R. de Moraes e Elivaldo da Silva Jayme
Despacho: Nomeio o Dr. José Monteiro David, por sua reconhecida competência e seriedade para apresentar laudo pericial em 20 dias, devendo levar em conta a idade do imóvel, o seu estado, a sua localização, os serviços públicos, as facilidades de transporte, e o valor do mercado, dentre outros dados que julgar necessário. Arbitro honorário do perito em Cz\$-3.500,00 (tres mil e quinhentos cruzados), devendo, o autor depositar tal valor em Juízo para que seja iniciada a pericia. Intimem-se as partes da pericia que se realizará a. Após, a conclusão para designar audiência, exclusivamente, para tentativa de acordo, após o que, sentenciarei. Belém, 09/VI/88.

Proc. nº 5236/88-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
A: José Felipe A. Pereira (Construmac Engenharia e Equipamentos)
R: Reicon-Rebello Ind. e Com. Nav. Ltda.
Adv.: Dr. Reynaldo Andrade da Silveira
Despacho: Muito dificilmente concedo medida liminar. Daí porque costume ser exigente e minucioso no exame da documentação que instrui o pedido. Não foi diferente no caso presente, quanto à análise da documentação junta, quando me foi possível concluir, com prudente arbítrio, e necessidade da medida. Fica, o requerido, ciente de que em suas contra-razões gostaria que informasse para minha orientação, sobre quem autorizou e contratou o transporte marítimo com o respectivo documenton e que gerou o fato. É de vital importância para este magistrado este detalhe do contrato para o embarque, a fim de ser examinado, em conjunto com outros elementos que constam nos autos. A Jurisprudência, é no sentido de que: "Convencido, através da prova oferecida, o juiz pode conceder liminarmente medida cautelar, sem ouvir o réu." (A. Urã, da 2ª Cãm. do TJ-CE, de 22-9-76, na apel. 11.453-Jurisap. e Doutr., vol. 103, pg. 187, dentre outros no mesmo sentido). Poucas vezes tenho recebido ação cautelar com documentos tão convincentes e bem ordenados e sequenciados para a concessão da liminar. Mas, se é verdade que a Autora fez por merecer a liminar, é, igualmente correto, que a Requerida não pode ficar exposta e com possível prejuízo, para o caso de ser julgado improcedente o pedido cautelar, ao final. Por este motivo ao mesmo tempo que defiro a liminar, determino a prestação de caução no valor de Cz\$-391.368,66 (trezentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e oito cruzados e sessenta e seis centavos). Feita a caução, voltem-me conclusos para examinar se está correta

Requerimento de SILVA COMÉRCIO LTDA, por seu advogado, na Ação de CONSIGNAÇÃO que move contra JOSÉ MACHADO CARNEIRO, falando no processo-Adv. Flavio de Carvalho Maroja

Requerimento de MARIVAL DUETI RESENDE, por seu advogado, na Ação de EMBARGOS a EXECUÇÃO em que é embargado JOSÉ NELSON VIEIRA FORTE, falando no processo-Adv. Maria Rosineide Bentes

MARIA INEZ BARATA - Escrevente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO CONSELHO SUPERIOR

RESUMO DE ATA

As onze horas do dia seis de junho de mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, no Gabinete do Procurador Geral de Justiça, à Praça Felipe Patroni, Palácio da Justiça, 4º andar, sob a Presidência do Exmº Sr. Procurador Geral de Justiça, Dr. ARTHUR CLAUDIO MELLO, presentes os demais membros. De acordo com a pauta, passou o Egrégio Conselho Superior a apreciar as inscrições de remocão nas 2ª e 3ª entrâncias. Deu ciência a Presidência ter sido apresentada, no prazo legal, impugnação às inscrições referentes à remocão na 1ª entrância, pelo Promotor de Justiça CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MONTEIRO quanto às inscrições das Bacharelas MARIA CÉLIA FILGUEIRA GONÇALVES e AMÉLIA SATOMI IGARASHI, considerando não preencherem o requisito do número 6, do art. 76, da Lei Complementar nº 01/82.

Procuradora de Justiça (Ext. nº 13525, Reg. nº 29562, Dia 16/06/88)

Dissolução: Somente por decisão de pelo menos 3/4 dos associados. Composição da Diretoria: Presidente: Manoel Xavier dos Santos; Vice-Presidente: João Jaderlino dos Santos; Secretário: Olavo Baia de Moraes; Secretário: João dos Santos Silva; Tesoureiro: Nazarlino dos Santos Carvalho; 2º Tesoureiro: Helena Silva Pimentel.

Abetetuba, Pa., 06 de maio de 1988 (G. R. nº 22974)

AGROPECUÁRIA VALE DO JURUENÁ S/A. Relatório da Diretoria: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da AGROPECUÁRIA VALE DO JURUENÁ S/A, submete à apreciação de V.Sas. o BALANÇO PATRIMONIAL e DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO, referentes aos exercícios findos em 31/12/84, 31/12/85, 31/12/86 e 31/12/87, tudo relacionado com as operações da Sociedade, salientando que as demonstrações foram elaboradas obedecendo os preceitos legais e, colocamos ao seu inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário, Belém, PA, 01 de março de 1.988. (ASS) A DIRETORIA.

AMAFRUTAS S/A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. FICAM CONVOCADOS OS SENHORES ACIONISTAS DESTA SOCIEDADE PARA SE REUNIREM, EM SUA SEDE SOCIAL, NA ROD.BR-318, KM20, BENEVIDES, ESTADO DO PARÁ, NO DIA 24 DE JUNHO DE 1988, AS 09:00 HORAS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, E AS 10:00 HORAS, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, SE NECESSÁRIA, EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, PARA DELIBERAREM SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA: a) ELEIÇÃO DO NOVO DIRETOR, PARA SUBSTITUIR O DIRETOR JOÃO MARTIN MANSER, QUE DEIXARÁ O PAÍS. b) OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA COMPANHIA.

EDITAIS JUDICIAIS. 2º CARTERIO DE PROTESTO DE LETRAS. ARMANDO GENAR PIMENTEL DE MOURA PALHA. OFICIAL EFETIVO. Encontram-se neste 2º ofício os seguintes títulos, cujos devedores não foram localizados: DP-DOUGLAS I S BRITO nº 5.746,75; DP-AM B S NUNES nº 25.256,99; DP-ANT D MANOEL IND CUK LT nº 28.769,99; DP-A ALVES BRAGA nº 99.926,99; DP-L E SILVA E CIA/LT nº 56.470,20; DP-F nº 67.698,80; DP-RDO MONTE R SAUTON nº 3.989,50; DP-ARMANDO A FILHO nº 2.580,00; DP-JARNA DO FERREIRO L C nº 412.909,60; DP-330.000,00; DP-MOURA E SOUZA FILHO nº 34.368,94; DP-FELIX L MARINHO nº 16.404,30; DP-GERALDO P ALMEIDA nº 35.995,61; DP-MOURA & MOURA LT nº 23.935,50; DP-DONINGOS P PÁRISO nº 27.250,00; DP-PEDRO BATISTA L COSTA nº 15.628,00; DP-ORLANDO P MANUES nº 15.628,00; DP-STA RITA AGRIND L PIA RESTAL nº 400.000,00; DP-LUIZ ROBERTO ZANCHI nº 22.400,00; DP-EMERSON LTDA nº 36.890,00; DP-DILMAR IMP COM E DIST LT nº 32.140,00; DP-33.000,00; DP-33.300,00; DP-palo que fi cam ditos devedores intimados e notificados dentro do 72 ho, // a viram pagar ou dar em razão do não pagamento dos títulos, // sob pena de serem lavrados os respectivos protestos.

S/A e ou FINANCIADORA BRADESCO S/A e Executados JOSÉ NUNES DA SILVA, HAMOR JACOB FIMA. I- Imóvel "A"- Uma casa de alvenaria em precário estado de conservação, situada à Rua 19 de Janeiro nº 1.844, com uma área construída de 10 metros de frente por 12 metros de fundos, contendo uma sala, (2) dois quartos, uma cozinha e um corredor, piso em chão de tijolo e cobertura de telhas de barro comum, edificadas em terreno próprio, medindo 10 metros de frente por 12 metros de fundos, contendo uma sala, dois (2) quartos, uma cozinha e um corredor, piso em chão de tijolo batido e cobertura de telhas de barro comum, edificadas em terreno próprio medindo 10 metros de frente por 40 metros de fundos, a qual está avaliada em Cz\$225.000,00 (Duzentos e vinte e cinco mil cruzados). Matriculado no CRI local às fls. 290 1.2- nº 1290 em 16.06.72. II- Imóvel "B"- Uma casa de alvenaria, situada à Rua Governador Magalhães Barata nº 1690, com uma área construída de 06 metros de frente por 13 metros de fundos, contendo uma sala dois quartos, um banheiro, um corredor e uma cozinha, piso em chão de cimento com vermelho, forrado com folhas de eucatex e cobertura de telhas de barro comum, com estado de conservação regular, edificadas em terreno próprio medindo 06 metros de frente por 35 metros de fundos, avaliado em Cz\$253.000,00 (Duzentos e cinquenta e três mil cruzados). Matriculado no CRI Local às fls. 289 sob o nº 1.289, datado de 26.06.72. III- Imóvel- Um galpão situado na Av. Presidente Médici s/nº (local conhecido por Muquição, margem do Rio Kingü), com uma área construída de 07 metros de frente por 30 metros de fundos, avaliado por Cz\$220.000,00 (Duzentos e vinte mil cruzados). Matriculado às fls. 259 de 1.2-J nº 3.275 no CRI local em 05.10.81. Valor total dos imóveis Cz\$698.000,00 (seiscentos e noventa e oito mil cruzados). Caso não haja licitante para os bens precedados, pelo preço avaliado, os mesmos bens serão levados à nova praça no dia 28 de julho do corrente ano, às 10:00 horas no mesmo local, a quem der mais. Quem pretender arrematar os bens acima descritos, deverá comparecer no local, dia e hora designados, a fim de oferecer o seu lance ao porteiro do auditório, que aceitará na primeira praça, ou quem oferecer valor maior do que o da avaliação. O arrematante pagará à banca o preço da arrematação, custas, comissão do escrivão e do porteiro e a Carta de Arrematação. E, para que ninguém possa alegar ignorância de futuro, mandou expedir o presente EDITAL, que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Altamira, Estado do Pará, aos doze (12) dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e oito. (1.988) Eu, (ilegal) Escrivão do 2º Ofício, datilografei, subscrevi. Dra. Vera Araújo de Souza-Juiz de Direito da Vara - Altamira - Pará.

RESUMO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES UNIDOS DA COMUNIDADE DE ITACURÉ. Aprovado em sessão de Assembleia Geral no dia 09/02/88. Denominação: Associação dos Trabalhadores Unidos da Comunidade de Itacuré. Fundo Social: Doações e contribuições em dinheiro, espécies e bens. Sede: Pa 403 Gleba Arapiranga Km 12 Jote 2 Abetetuba, Pa. Finalidade: Promover a união e organização dos moradores defendendo seus direitos. Data de Fundação: 29/1/88. Administração e Representação: Secretário e Presidente. Prazo de Mandato: 02 anos. Direção: Tempo Indeterminado. Responsabilidade: Diretoria, Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

EDITAL DE PRAÇA. A Doutora VERA ARAÚJO DE SOUZA, Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca de Altamira, Estado do Pará, na forma da lei, etc., FAZ SABER a quem interessar possa e o presente EDITAL VIREM, o dele conhecimento tiverem, que no dia 04 de julho de mil novecentos e oitenta e oito (1988), às 10:00 horas, à porta da sala de audiência deste Juízo no Fórum Desembargador José Amazo nas Pantoja, à Rua Otaviano Santos s/nº, o porteiro do auditório fará levar a público pregão de venda e arrematação a quem maior lance oferecer acima do da avaliação de Cz\$698.000,00 (Seiscentos e noventa e oito mil cruzados), os seguintes bens penhorados no Processo de Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 1.654/86, em que é Exequente: BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS.

(Ext. nº 13534, Reg. nº 29579, Dia 16/06/88) (Ext. nº 13524, Reg. nº 29560, Dias 16, 17 e 20/06/88) (Ext. nº 13524, Reg. nº 29560, Dias 16, 17 e 20/06/88) (Ext. nº 13524, Reg. nº 29560, Dias 16, 17 e 20/06/88)

DIRETORIA DO FORUM

PORTARIA Nº09/DF/88 Belém, 05.5.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE BELÉM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO a existência de cargos de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a necessidade de seu preenchimento para a melhoria dos serviços;

CONSIDERANDO ser de competência do Juiz de Direito que exercer a Diretoria, prover provisoriamente ditos cargos, até que se realize concurso.

R E S O L V E:
NOMEAR, interinamente, o senhor AUGUSTO CAVALEIRO DE MACEDO, para exercer o cargo de Oficial de Justiça desta Repartição, até a realização do concurso para o provimento do referido cargo, devendo prestar afirmação na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 05 de maio de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

PORTARIA Nº10/DF/88 Belém, 05.5.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE BELÉM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no quadro de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a necessidade de seu preenchimento para as melhorias dos serviços;

CONSIDERANDO, ser de competência do Juiz de Direito, que exercer a Diretoria, prover provisoriamente ditos cargos até que se realize concurso.

R E S O L V E: NOMEAR, interinamente, o senhor ALMIRO CARVALHO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Oficial de Justiça desta Repartição, até a realização do concurso para o provimento do referido cargo, devendo prestar afirmação na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 05 de maio de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

PORTARIA Nº11/DF/88 Belém, 05.5.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE BELÉM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no quadro de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a necessidade de seu preenchimento para a melhoria dos serviços;

CONSIDERANDO, ser de competência do Juiz de Direito, que exercer a Diretoria, prover provisoriamente ditos cargos, até que se realize concurso.

R E S O L V E: NOMEAR, interinamente, a senhora MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS ALMEIDA, para exercer o cargo de Oficial de Justiça desta Repartição, até a realização do concurso para o provimento do referido cargo, devendo prestar afirmação na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 05 de maio de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

PORTARIA Nº12/DF/88 Belém, 05.5.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DA CAPITAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no quadro de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no quadro de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a necessidade de seu preenchimento para a melhoria dos serviços;

CONSIDERANDO, ser de competência do Juiz de Direito, que exercer a Diretoria, prover provisoriamente ditos cargos, até que se realize concurso.

R E S O L V E: NOMEAR, interinamente o senhor ALCIR DA SILVA LOBATO, para exercer o cargo de Oficial de Justiça desta Repartição, até a realização do concurso para o provimento do referido cargo, devendo prestar afirmação na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 05 de maio de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

PORTARIA Nº13/DF/88 Belém, 05.5.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DA CAPITAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no quadro de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a necessidade de seu preenchimento para a melhoria dos serviços;

CONSIDERANDO, ser de competência do Juiz de Direito, que exercer a Diretoria, prover provisoriamente ditos cargos, até que se realize concurso.

R E S O L V E: NOMEAR, interinamente, o senhor AMILCAR CÂMARA LEÃO FILHO, para exercer o cargo de Oficial de Justiça desta Repartição, até a realização do concurso para o provimento do referido cargo, devendo prestar afirmação na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 05 de maio de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

PORTARIA Nº14/DF/88 Belém, 05.5.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE BELÉM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no quadro de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a necessidade de seu preenchimento para a melhoria dos serviços;

CONSIDERANDO, ser de competência do Juiz de Direito, que exercer a Diretoria, prover provisoriamente ditos cargos, até que se realize concurso.

RESOLVE: NOMEAR, interinamente, o senhor LUIZ ALBERTO TUJI DE CASTRO, para exercer o cargo de Oficial de Justiça desta Repartição, até a realização do concurso para o provimento do referido cargo, devendo prestar afirmação na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 05 de maio de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

PORTARIA Nº15/DF/88 Belém, 31.5.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE BELÉM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO, que o senhor ODON GOMES DA SILVA, Escrivão do Cartório do 2º Ofício do Cível, Comércio e Privativo de Orfãos, Ausentes e Interditos, Comarca da Capital, completou 70 anos no dia 31.5.88, atingindo, portanto, a idade compulsória para fins de aposentadoria, conforme art.101 item II da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, que no referido Cartório possui vários Escrivães Juramentados, dentre eles a senhora KLANIR PESSOA GOMES, nomeada em 11 de novembro de 1955.

RESOLVE:
Nos termos do art.326, da Lei Nº 5.008 de 10 de dezembro de 1981 (Código Judiciário do Estado), DESIGNAR a senhora KLANIR PESSOA GOMES, Escrivã Juramentada do Cartório do 2º Ofício do Cível e Comércio, Privativo de Orfãos, Ausentes e Interditos, desta Comarca, para responder pelo expediente do aludido Cartório, até ulterior deliberação desta Diretoria.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 31 de maio de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

PORTARIA Nº16/DF/88 Belém, 08.6.88

O DOUTOR CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DIRETOR DO FORUM DA COMARCA DE BELÉM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS etc...

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no quadro de Oficiais de Justiça deste Forum;

CONSIDERANDO a necessidade de seu preenchimento para a melhoria dos serviços;

CONSIDERANDO, ser de competência do Juiz de Direito, que exercer a Diretoria, prover provisoriamente ditos cargos, até que se realize concurso.

R E S O L V E: NOMEAR, interinamente, o senhor GETULIO DA COSTA RODRIGUES, para exercer o cargo de Oficial de Justiça desta Repartição, até a realização do concurso para o provimento do referido cargo, devendo prestar afirmação na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.
Belém, 08 de junho de 1988

Dr. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz Diretor do Forum

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

PORTARIA Nº 108, DE 19 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 379/88-GAB/SEAD.

R E S O L V E:

Admitir CELSO IMBIRIBA ROSA DO NASCIMENTO, para a função atividade de Geólogo, lotado na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, na qualidade de Servidor temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87, no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 19.05.88.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração de 19 de maio de 1988.

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Secretário de Estado de Ind.Com. e Mineração

PORTARIA Nº 109 de 19 de MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO usando de suas atribuições legais,

R E S O L V A

Admitir ANA MARIA DE CARVALHO MENEZES, para a função atividade de Administrador, lotado na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, na qualidade de Servidor temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87, no período de 24 (VINTE E QUATRO) meses a contar de 19.05.88.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração de 19 de maio de 1988.

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

PORTARIA Nº 110 de 19 de MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

Considerando os termos do Ofício nº 467/88 GAB/SEAD.

R E S O L V E:

Admitir KILZA MARIA DA SILVA PEREIRA, para a atividade de Contador, lotado na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, na qualidade de Servidor temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87, no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 19.05.88.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE e CUMPRA-SE.

Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, 19 de maio de 1988.

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

PORTARIA Nº 111 de 19 de MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Admitir ANTÔNIO VALÉRIO DA SILVA, para a função atividade de Geólogo, lotado na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, na qualidade de Servidor temporário sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.88 no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 19.05.88.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, 19 de maio de 1988.

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

PORTARIA Nº 112 de 19 de MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 467/88 GAB/SEAD.

R E S O L V E:

Admitir MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA DA SILVA, para a função atividade de Agente de Portaria, lotado na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, na qualidade de Servidor temporário, sob o regime da Lei nº 5.389 de 16.09.87, no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 19.05.88.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, de 19 de maio de 1988.

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

EDITAL Nº 124/88
(Processo nº 00637/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EDIR DE SOUZA NEVES

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Edir de Souza Neves, Prefeito Municipal de Cachoeira do Arari, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00637/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 125/88
(Processo nº 00880/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EMANOEL OSMAR CARDOSO DE MORAES

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Emanuel Osmar Cardoso de Moraes, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Tauá, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00880/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 126/88
(Processo nº 00797/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. HENRIQUE VITA

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Henrique Vita, Prefeito Municipal de Santana do Araguaia, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00797/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 127/88
(Processo nº 00664/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. ORLANDO DA SILVA PINHEIRO

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Orlando da Silva Pinheiro, Administrador do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Rondon do Pará, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00664/87, referente à prestação de contas daquele SAAE, exercício financeiro de 1985.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente
EDITAL Nº 128/88
(Processo nº 00942/86)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. MADSON AUZIER PINHEIRO

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Madson Auzier Pinheiro, Prefeito Municipal de Juruti, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00942/86, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1985.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 129/88
(Processo nº 00708/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. AGOSTINHO MORAES DE OLIVEIRA

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Agostinho Moraes de Oliveira, Prefeito Municipal de Inhangapi, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00708/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 130/88
(Processo nº 00929/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. MANOEL URBANO DA LUZ FERREIRA

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Manoel Urbano da Luz Ferreira, Prefeito Municipal de São Domingos do Capim, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00929/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 131/88
(Processo nº 00912/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. SAINT-CLAIR CORDEIRO TRINDADE

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Saint-Clair Cordeiro Trindade, Prefeito Municipal de Bujaru, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00912/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 132/88
(Processo nº 01034/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. ARCELIDES VERONESE

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Arcelides Veronese, Prefeito Municipal de Redenção, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 01034/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 133/88
(Processo nº 01070/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. EURICO SIQUEIRA NETO

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Eurico Siqueira Neto, Prefeito Municipal de Capitão Poço, a fim de que no prazo de quinze dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 01070/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 134/88
(Processo nº 00736/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. BERTINO BOULHOSA

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será pu-

blicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Bertino Boulhosa, Prefeito Municipal de Ponta de Pedras, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00736/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 135/88
(Processo nº 00723/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. JURANDIR UBIRAJARA DOS ANJOS

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Jurandir Ubirajara dos Anjos, Prefeito Municipal de Chaves, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00723/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 13 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 136/88
(Processo nº 00799/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. HAMILTON DE BRITO BEZERRA

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. Hamilton de Brito Bezerra, Prefeito Municipal de Marabá, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 00799/87, referente à prestação de contas daquela Prefeitura, exercício financeiro de 1986.

Belém, 14 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

EDITAL Nº 137/88
(Processo nº 01357/87)

DE CITAÇÃO, com o prazo de quinze (15) dias, do Sr. JOSÉ SOARES DO COUTO FILHO

O Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo o disposto no art. 158, do Regimento Interno, cita através do presente Edital, que será publicado três (3) vezes, no prazo de dez (10) dias, no Diário Oficial do Estado, o Sr. José Soares do Couto Filho, ex-Presidente da Câmara Municipal de Tucuruí, a fim de que no prazo de quinze (15) dias após a última publicação, apresente defesa nos autos do processo nº 01357/87, referente à prestação de contas daquela Câmara, exercício financeiro de 1986.

Belém, 14 de junho de 1988
Conselheiro LECYR RIODEADES
Presidente

(G. R. nº 22977-2416-20-24/06/88)

TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - PRODASEN E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.

OBJETO: Permitir ao Tribunal de Contas do Estado o acesso aos Bancos de Dados do Sistema de Informações Legislativas do Congresso Nacional - SICON.

VALOR MENSAL: CZ\$25.000,00 (VINTE E CINCO MIL CRUZADOS) e CZ\$11.079,82 (ONZE MIL E SETENTA E NOVE CRUZADOS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).

NATUREZA DA DESPESA: 02101
01020022.002
3132.00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/06/88 à 31/12/88.

FORO: Cidade de Brasília-DF.
Belém, 14 de junho de 1988

LAURO DE BELEM SABBÁ
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará

SÉRGIO DE OTERO RIBEIRO
Diretor-Executivo do Prodaseen
(G. R. nº 22964)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Anúncio de Julgamento da 1a. Câmara Penal Isolada

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente da Câmara, foi designado o dia 21 de junho para julgamento dos seguintes feitos:

RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO DA CAPITAL Recte: Otávio Clarindo da Silva (adv. Valdemar da Silva) Recda: A Justiça Pública Relator: Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA

APELAÇÃO CRIMINAL DA CAPITAL Apte: Teruo Watanabe (adv. Benedito Nonato Davi) Apda: A Justiça Pública Relatora: Desembargadora IZABEL LEÃO

APELAÇÃO CRIMINAL DE BREVES Apte: Isaias Ferreira Lopes (adv. Waldomiro Freitas Filho) Apda: A Justiça Pública da Comarca Relator: Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA

APELAÇÃO CRIMINAL DE BRAGANÇA Aptes: Moisés Pereira da Silva e Gilmar Pereira de Assis (adv. Joselisa Kaufman) Apda: A Justiça Pública Relator: Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA

Gabinete do Subsecretário do TJE - Belém (Pa), 15 de junho de 1988.

GENGIS FREIRE, Subsecretário do TJE

Anúncio de Julgamento da 1a. Câmara Cível Isolada

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente da Câmara, foi designado o dia 21 de junho para julgamento dos seguintes feitos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO DA CAPITAL Agvte: José Thomaz de Aquino Soares Couto (adv. Miguel Brasil Cunha) Agvda: Angelina de Souza Pinho (adv. Flávio de Carvalho Maroja) Relatora: Desembargadora LYDIA DIAS FERNANDES

AGRAVO DE INSTRUMENTO DA CAPITAL Agvte: Rodomar Ltda. (adv. José Acreano Brasil) Agvda: Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda. (adv. Paulo de Tarso Dias Klautau) Relator: Desembargador WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA

Gabinete do Subsecretário do TJE - Belém (Pa), 15 de junho de 1988.

GENGIS FREIRE, Subsecretário do TJE. (G. R. nº 22930)

EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que, se encontra em Cartório pelo prazo de cinco (05) dias a contar da publicação deste, o Petição de Recurso Extraordinário da Capital - Rote, PAULO FERNANDO HENRY LAMARCO (adv. em causa própria) - Acórdão nº 14.170 - e Rodos - Volumes 01 a 06 - GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, JADER FONTENELLE BARBALHO; PAULO GUILHERME DANTAS RIBEIRO; METRO ENGENHARIA LTDA.; NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO e VICTOR HUGO MOREIRA DA CUNHA (adv. Dra. DANIEL COELHO DE SOUZA; LEA NUNES DOS SANTOS; DEUSDEDITH BRASIL e ODETE DE ALMEIDA ALVES) - Volume nº 07 - Rodos; NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO e VICTOR HUGO MOREIRA DA CUNHA (adv. Dra. ODETE DE ALMEIDA ALVES) - Volume nº 08 - Rodos; GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, JADER FONTENELLE BARBALHO; PAULO GUILHERME DANTAS RIBEIRO; METRO ENGENHARIA LTDA; NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO e VICTOR HUGO MOREIRA DA CUNHA (adv. Dra. DANIEL COELHO DE SOUZA; LEA NUNES DOS SANTOS; DEUSDEDITH BRASIL e ODETE DE ALMEIDA ALVES) - Volume 88 - Rodos; GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, Dr. JADER FONTENELLE BARBALHO (adv. Dr. DANIEL COELHO DE SOUZA) - Volume 9 - Rodos; METRO ENGENHARIA LTDA (adv. Dr. DEUSDEDITH FREIRE BRASIL) a fim de ser dito recurso impugnado dentro do referido prazo.

Dado e passado, em Cartório, na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos quatorze (14) dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e oito (1988). Eu, OLYNTHO TOSCANO, escrivão, este datilografei, subscrevi, datei e assino. Republicado por ter saído com incorreções.

OLYNTHO TOSCANO

EDITAL

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que, o Exmo. Sr. Des. ORLANDO DIAS VIEIRA, Relator da Ação Rescisória da Capital - Autora - GREGORIA LIRA DA SILVA (adv. Dr. ADALBERTO AMBROSIO DE SOUZA) e; Réu: AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA LOBO E OUTROS (Adv. Dr. ROSA CRISTINA GIOIA SANTOS) - no pedido de Impugnação Sobre o Valor da Causa - Impugnante: AUGUSTO CESAR DE OLIVEIRA LOBO (adv. Dra. AUREA DE FATIMA BECHARA DA SILVA) - e, Impugnado: GREGORIA LIRA DA SILVA (Adv. Dr. ADALBERTO AMBROSIO DE SOUZA), às folhas 61 dos autos, exarou o seguinte despacho: "Dê-se vista à Autora sobre a impugnação. Em, 13/6/88. (a) Des. ORLANDO DIAS VIEIRA, Relator."

Dado e passado em Cartório, na Secretaria do Tribunal de Justiça aos quatorze (14) dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e oito (1988). Eu, OLYNTHO TOSCANO, escrivão, este datilografei, subscrevi, datei e assino =

(G. R. nº 22963)

ACÓRDÃO Nº 14.277 PEDIDO DE HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO DA CAPITAL IMPETRANTE : O ADVOGADO LAURENIO MIRANDA DA ROCHA. PACIENTES: FAUSTOSERRA DE MELO, RAIMUNDO ANARAL DOS SANTOS E JOSÉ PEDRO AMARAL AUTORIDADE COATORA: DRA. JUIZA DE DIREITO DE CACHOEIRA DO ARARI. RELATOR : DES: PRESIDENTE DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

EMENTA: ESTANDO OS PACIENTES RECOLHIDOS AO CÂRCERE FORA DE SUA JURISDIÇÃO ACUARDAM HÁ (7) SETE MESES A DEFINIÇÃO JURÍDICA DE SUAS SITUAÇÕES, SEM QUE AO MENOS TENHAM SIDO DENUNCIADOS, DEMORA PROCESSUAL QUE CONSTITUI CONTRACIMENTO ILEGAL REPARÁVEL ATRAVÉS DO REMÉDIO HERÓICO. DECISÃO CONCESSIVA DO HABEAS CORPUS POR MAIORIA.

VISTOS, ETC... ISTO POSTO, ACORDAM POR MAIORIA OS JUIZES DAS EGRÉGIAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, EM DEFERIR O PLEITO LIBERATÓRIO, SEM PREJUÍZO DO PROSSEGUIMENTO DA CAUSA. SALA DAS SESSÕES EM 30 DE MAIO DE 1988

DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO - Pres. das Câm. Crim. Reunidas

DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE - Belém, 09 de Junho de 1988. PEROLA PACÍFICO DA COSTA, CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACORDÃOS, EM EXERCÍCIO.

ACÓRDÃO Nº 14.278 PEDIDO DE HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO DA CAPITAL IMPETRANTE : A ADVOGADA VÂNIA LUCIA SOUSA CAVALCANTE. PACIENTE : AUGUSTO GABRIEL RODRIGUES DA SILVA AUTORIDADE COATORA : A DRA. JUIZA DA 7ª. VARA PENAL DA CAPITAL RELATOR : DES: PRESIDENTE DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

EMENTA: PROCESSO DEMORADO. DEMONSTRA-SE SE JUSTIFICA PELA EXISTÊNCIA DE DOIS TÍPLOS POR CRIMES DA MESMA ESPÉCIE COM APLICACÃO DE VÁRIOS COMPARSAS, ESTANDO UNIFORMES E OUTROS SOLTOS, O QUE DIFICULTA A FIEL EXECUÇÃO DOS PRAZOS LEGAIS. DECISÃO DENEGATÓRIA POR UNANIMIDADE.

VISTOS, ETC... ISTO POSTO, ACORDAM, À UNANIMIDADE, OS JUIZES DAS EGRÉGIAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, EM DENEGAR A ORDEM, RECOMENDANDO À JUIZA QUE ARREVIE O JULGAMENTO. SALA DAS SESSÕES EM 30 DE MAIO DE 1988

DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO Pres. das Câm. Crim. Reunidas

DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE - Belém, 08 de Junho de 1988. PEROLA PACÍFICO DA COSTA, CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACORDÃOS, EM EXERCÍCIO.

ACÓRDÃO Nº 14.279. PEDIDO DE HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DA AÇÃO DA CAPITAL IMPETRANTE : O ADVOGADO ARTHUR ALVES RAMOS PACIENTE : RODRIGO ALVES RAMOS E DORIS NUNES DA FONSECA AUTORIDADE COATORA: O DR. JUIZ DE SALINÓPOLIS RELATOR : O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

EMENTA: O ASPECTO DE MAIOR INDAGAÇÃO, NO CASO, É O DA AUTORIA CUJA PROVA EMBORA SENDO PRECÁRIA, EXISTEM A SEU RESPEITO CIRCUNSTÂNCIAS QUE A DENÚNCIA MENCIONA COMO RELEVANTES E O MAGISTRADO ASSIM AS CONSIDERA PARA EFEITO DE PERQUIRIR A RESPONSABILIDADE DOS COACTOS AO ADMITIR O ENVOLVIMENTO DESTES NA OCORRÊNCIA DANOSA. DECISÃO DENEGATÓRIA DO "MANDAMUS" POR MAIORIA. VISTOS, ETC...

RAZÃO PORQUE ACORDAM, POR MAIORIA, OS JUIZES DAS EGRÉGIAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, EM DENEGAR A ORDEM. Belém, 30 de Maio de 1988

DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO - Pres. das Câm. Crim. Reunidas

DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE - Belém, 09 de Junho de 1988. PEROLA PACÍFICO DA COSTA, CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACORDÃOS, EM EXERCÍCIO.

ACÓRDÃO Nº 14.280. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA CAPITAL EMBARGANTE : JOÃO EVANGELISTA PEREIRA DA SILVA (DR. JORGE ARISTEU GONÇALVES PAMPLONA) EMBARGADOR : O VEN. ACÓRDÃO Nº 14.175/88 RELATOR : DES: PRESIDENTE DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

EMENTA: INEXISTINDO AS ALEGADAS CONTRADIÇÕES, OMISSÃO E OBSCURIDADE NO VEN. ACÓRDÃO EMBARGADO, REJEITAM-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POR IMPROCEDENTES. DECISÃO UNANIMIDADE. VISTOS, ETC...

EM RAZÃO DO EXPOSTO, ACORDAM À UNANIMIDADE OS JUIZES DAS COLÊNDAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, EM REJEITAR OS EMBARGOS POR IMPROCEDENTES.

SALA DAS SESSÕES EM BELÉM DO PARÁ, AO 30 DE MAIO DE 1988. DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO - Relator

O PRESENTE JULGAMENTO FOI PRESENTADO PELA EXMA. SRA. DESA. LYDIA DIAS FERNANDES DATA SUPRA. DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE - Belém, 08 de Junho de 1988. PEROLA PACÍFICO DA COSTA, CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACORDÃOS, EM EXERCÍCIO.

ACÓRDÃO Nº 14.281 MANDADO DE SEGURANÇA DA CAPITAL REQUERENTE : INSTITUTO ORTOPÉDICO DO PARÁ LTDA. (ADV. PAULO KLAUTAU) REQUERIDA : EXMA. SRA. DRA. JUIZA DE DIREITO DA 8ª. VARA CÍVEL DA CAPITAL RELATOR : DES: AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

EMENTA: SENDO RELEVANTE O TEMA ABORDADO NO RECURSO DE APELAÇÃO TEMPESTIVAMENTE INTERPOSTO EM AÇÃO DE DESEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, E DEMONSTRADA A IRREPARABILIDADE DO DANO, SE EXECUTADA A SENTENÇA, CONCEDE-SE A SEGURANÇA PARA CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO AO APELO. VISTOS, ETC...

ACORDAM, EM CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME ADOTADO O RELATÓRIO DE FLS... CONCEDER A SEGURANÇA PARA AGUARDAR O JULGAMENTO DA APELAÇÃO NESTA SUPERIOR INSTÂNCIA, DANDO-LHE EFEITO SUSPENSIVO. CUSTAS A FINAL.

Belém, 23 de Maio de 1988

DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO - Presidente DES: AURÉLIO CORRÊA DO CARMO Relator

DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE - Belém, 08 de Junho de 1988. PEROLA PACÍFICO DA COSTA, CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACORDÃOS, EM EXERCÍCIO.

ACÓRDÃO Nº 14.282 CONFLITO DE COMPETÊNCIA DA CAPITAL SUSCITANTE : PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SUSCITADO : MM. JUIZES DA VARA DE MENORES RELATOR : DES: STELEO MENEZES

EMENTA: I-AÇÃO DE GUARDA E VIGILÂNCIA DE MENOR - JUIZADO DE MENORES - PARÉCER DA 4ª. PROMOTORIA PÚBLICA SUSCITANDO INCOMPETÊNCIA

DO JUÍZO EM RAZÃO DO MENOR NÃO ESTAR SOB A EGÍDE DO CÓDIGO DE MENORES, DEVENDO OS AUTOS SEREM ENCAMINHADOS A UMA DAS VARAS DE FAMÍLIA-REJEIÇÃO POR PARTE DA DRA. JUIZA DE MENORES-INTERVENÇÃO DO EXMO. DR. PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA PERANTE O COLENDO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (ART. 118, II DO C.P.C.), SUSCITANDO O CONFLITO: II-O CONFLITO DE COMPE...

TÊNCIA ENTRE DOIS OU MAIS JUÍZES, ESTÁ DEPENDENDO NO ART. 115 DA NOSSA LEI ADJETIVA CIVIL A INTERVENÇÃO DO EXMO. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA AO SUSCITAR O CONFLITO, TORNA-SE INCABÍVEL NA ESPÉCIE- PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO ACOLHIDA. VISTOS, ETC...

ACORDAM, OS EXMOS. DESEMBARGADORES COMPONENTES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (PLENO) À UNANIMIDADE DE VOTOS, ACO-LHER A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO CONFLI-TO DE COMPETÊNCIA, POR INCABÍVEL NA ESPÉCIE. Belém, 18 de Maio de 1988

DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO-Presidente DES: STELEO MENEZES Relator DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE- Belém, 09 de Junho de 1988

ACÓRDÃO Nº 14 283 MANDADO DE SEGURANÇA DA CAPITAL REQUERENTE: GERALDO CLÁUDIO SILVEIRA (ADV. HENRIQUE MELO) REQUERIDA: MM. JUÍZA DE DIREITO DA 4ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL RELATOR: DES: ROMÃO AMOEDO NETO

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO CONSEGUIR EFEITO SUSPENSIVO AO AGRADO DE INSTRUMENTO-POSSIBILIDADE DE DANO NÃO DEMONSTRADA NA MEDIDA ATACADA-SITUAÇÃO CRIADA PELO PRÓPRIO IMPETRANTE-SEGURANÇA DENEGADA. VISTOS, ETC...

ACÓRDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NEGAR A SEGURANÇA. Belém, 30 de Maio de 1988

DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO Presidente DES: ROMÃO AMOEDO NETO Relator DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE-Belém, 08 de Junho de 1988

PEROLA PACÍFICO DA COSTA CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS, EM EXERCÍCIO. ACÓRDÃO Nº 14 284 AGRADO REGIMENTAL DA CAPITAL AGRAVANTE: RUI ENIO DE MATOS SERRUYA E SUA MULHER, ESTHER BENZECRY SERRUYA (ADV. JOSÉ PAULO QUEIROZ)

AGRAVADO: BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A RELATORA: DESA: MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA EMENTA: AGRADO REGIMENTAL. NÃO OCORRENDO AS HIPÓTESES DO ART. 295, I, E PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO C.P.C., DEVE SER PROCESSADA REGULAMENTE A AÇÃO RESCISÓRIA. AGRADO PROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

VISTOS, ETC... ACORDAM OS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES COMPONENTES DAS EGRÉGIAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR MAIORIA DE VOTOS, DAR PROVIDO AO AGRADO REGIMENTAL PARA, NOS TERMOS DO VOTO VENCEDOR, REFORMAR O DESPACHO IMPUGNADO, E ORDENAR O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA, OBSERVADOS OS TRAMITES LEGAIS. FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTES DESTA JULGADO OS VOTOS VENCEDOR E VENCIDO.

Belém, 16 de Maio de 1988 DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO-Presidente DESA: MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA-Relatora

DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE- Belém, 08 de Junho de 1988 PEROLA PACÍFICO DA COSTA CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS, EM EXERCÍCIO.

ACÓRDÃO Nº 14 285 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA CAPITAL EMBARGANTE: ELIENE GASPARI SILVA E OUTROS (ADV. ADEMAR KATO) EMBARGADO: O VENERANDO ACÓRDÃO Nº 14.022 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ RELATOR: DES: ALMIR DE LIMA PEREIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO-OMISSÃO NÃO COMPROVADA-ARESTO QUE DECIDIU AS QUESTÕES LEVADAS À DISCUSSÃO EM JUÍZO-EMBARGOS DECLARATÓRIOS QUE SE REJEITA-DECISÃO UNÂNIME. VISTOS, ETC... ACORDAM OS SENHORES DESEMBARGADORES COMPONENTES DO TRIBUNAL PLENO, À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITAR OS EMBARGOS OPE-RECIDOS.

JULGAMENTO PRESIDIDO PELO EXMO. SR. DES. MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO. Belém, Pa., 18 de Maio de 1988 DES: ALMIR DE LIMA PEREIRA Relator DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE- Belém, 08 de Junho de 1988 PEROLA PACÍFICO DA COSTA CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS, EM EXERCÍCIO.

ACÓRDÃO Nº 14 286 MANDADO DE SEGURANÇA DA CAPITAL REQUERENTE: TRANSPINA SOARES COELHO, LTDA. (Dr. Paulo Ernesto de Souza) REQUERIDA: EXMA. SRA. JUIZA DE DIREITO DA 6ª. VARA CÍVEL DA CAPITAL RELATOR: DES: RICARDO BORGES FILHO

EMENTA: Mandado de Segurança - Preliminar de não conhecimento do Mandamus por incabível na espécie. A inexistência de direito líquido e certo enseja o não conhecimento do writ se com base em tal pressupostos foi o mesmo impetrado. Preliminar acolhida à unanimidade de votos.

Vistos, etc. ACORDAM os Desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado à unanimidade de votos, acolher a preliminar de não conhecimento do mandamus por incabível na espécie. Custas na forma da lei. O presente julgamento foi presidido pelo Exmo. Desembargador Manoel de Christo Alves Filho. Belém, 30 de maio de 1988. Des. Manoel de Christo Alves Filho Presidente Des. Ricardo Borges Filho Relator

Diretoria Judiciária do T.J.E. - Belém, 09 de junho de 1988. PEROLA PACÍFICO DA COSTA - Chefe do Serviço de Registro de Acórdãos, em exercício. ACÓRDÃO Nº 14 287 MANDADO DE SEGURANÇA DA CAPITAL REQUERENTES: JOSÉ RIBAMAR DE FREITAS E OUTROS (ADV. JOÃO DE ALBUQUERQUE NUNES NETO) REQUERIDA: A JUÍZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DE MARABÁ RELATOR: DES: AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

EMENTA: DEFERE-SE A SEGURANÇA PARA CONFERIR EFEITO SUSPENSIVO A AGRADO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NO PRAZO DA LEI, EM VISTA DA RELEVÂNCIA DO TEMA NELE ABORDADO, A MERECEER ACURADA ANÁLISE PELA CÂMARA COMPETENTE. VISTOS, ETC... ACORDAM, EM CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, ADOTADO O RELATÓRIO DE FLS. 106, CONCEDER A SEGURANÇA NOS TERMOS DO VOTO DO EXMO. SR. DES. RELATOR. CUSTAS A FINAL.

Belém, 30 de Maio de 1988 DES: MANOEL DE CRISTO ALVES FILHO-Presidente DES: AURÉLIO CORRÊA DO CARMO Relator DIRETORIA JUDICIÁRIA DO TJE- Belém, 08 de Junho de 1988 PEROLA PACÍFICO DA COSTA CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS, EM EXERCÍCIO.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA ACÓRDÃO Nº 14 288 APELAÇÃO CÍVEL DA CAPITAL APELANTE= RUBERTEX, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A., JESUS DO BONFIM MÁRIO DE MEDEIROS E EDGAR MÁRIO DE MEDEIROS SOBRINHO. (DR. LUIZ OTÁVIO RODRIGUES). APELADO= BANCO COMERCIAL BANCESA S/A. (DR. CARLOS FERRO). RELATOR= DES. WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA

EMENTA= O contrato de abertura de crédito rotativo, feito por estabelecimento bancário a correntista, assinado por duas testemunhas e acompanhado de conta corrente respectiva, pode ser cobrado na diante execução. É princípio de direito, observado por doutrina e jurisprudência dos nossos tribunais, que promissórias vinculadas a um contrato são títulos líquidos e certos e, como tal, executíveis, se não cumpridas as obrigações assumidas pelo devedor. A mera alegação de falsidade da firma, sem prova convincente que confirme essa arguição, não deve ser acolhida pelo juiz, máxime quando este pode, seguramente, decidir a hipótese tida como meramente protelatória.

Vistos, etc. ACORDAM, em Turma Julgadora, os Desembargadores da Primeira Câmara Cível Isolada do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e lhe negar provimento, confirmando, assim, a respeitável sentença apelada. Belém 31 de maio de 1988. (a) DESA. LYDIA DIAS FERNANDES= PRESIDENTA (a) DES. WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA= RELATOR. Diretoria Judiciária do TJE- Belém, 08 de junho de 1988. PEROLA PACÍFICO DA COSTA-CHEFE DO SERVIÇO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS, em exercício.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

NOTA Nº 133/88 PROCESSO TRT RP Nº 124/88 EXEQUENTES: MANOEL DA SILVA COELHO E OUTRO EXECUTADO: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PREFEITURA

O Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente deferiu o Pre catório Requisitório mandando-o cumprir na forma da Constituição da República e do Regimento In terno deste Tribunal (arts. 179 e seguintes). Feito no Serviço Processual da Secretaria Ju diciária do Tribunal Regional do Trabalho da 01 tava Região, nos 7 dias de junho de 1988. VERA LÚCIA BAIROS MORAES Diretora do Serviço Processual, em substituição (G. R. nº 22925)

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE EDITAL O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ, rea-lizará LICITAÇÃO na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 010/88-DG, objeti-vando o fornecimento de placas para veículos automotores. Os interessados em participar da referida LICITAÇÃO, deverão comparecer à DIVISÃO DE RECURSOS MATERIAIS DO DETRAN, no KM 04 da Estrada da CEASA (Bloco Administrativo), Belém-Pa., no horário de 08:00 às 13:00 horas, onde serão fornecidos documentos necessários à formulação das respectivas propostas.

A COMISSÃO (Ext. nº 13526, Reg. nº 29563 - Dias: 16, 17 e 20/05/88) GABINETE DO GOVERNADOR REFERÊNCIA: Ofício nº 08/88 - GAB/SEAD INTERESSADO: Secretário de Estado de Administração - SEAD. DESPACHO: Enquadrando-se o caso entre os itens excepcionados pela Lei, dispense a licitação. Publique-se. Belém, 13 de junho de 1988. HÉLIO MOTA GUEIROS Governador do Estado

REFERÊNCIA: Ofício nº 09/88 - GAB/SEAD INTERESSADO: Secretária de Estado de Administração - SEAD. DESPACHO: Nos termos da Lei, dispense a licitação. Publique-se. Belém, 13 de junho de 1988. HÉLIO MOTA GUEIROS Governador do Estado

REFERÊNCIA: Ofício DG nº 00429/88 INTERESSADO: IDESP DESPACHO: Aceito a explicação e, em consequência, autorizo a dispensa da licitação. Publique-se. Belém, 13 de junho de 1988. HÉLIO MOTA GUEIROS Governador do Estado

PROCESSO nº 0549/88 - GG INTERESSADO: José Lívio dos Santos Barbalho DESPACHO: Estando o caso "sub-judice", aguarde-se a decisão do Poder Judiciário. Publique-se. Belém, 13 de junho de 1988. HÉLIO MOTA GUEIROS Governador do Estado (G. Reg. nº 22965)

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO PORTARIA Nº 001/88-VGE DE 13 DE JUNHO DE 1988 O CHEFE DE GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o que preceitua o art. 98 da Lei nº 749 de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios); CONSIDERANDO o Laudo Médico nº 2291 de 10 de maio de 88, expedido pela Junta de Inspeção de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública. RESOLVE: Conceder ao servidor MARCELINO FREITAS TAVARES, Agente Administrativo, lotado no Gabinete da Vice-Governadoria do Estado, 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde no período de 21.04 a 04.06.88. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Vice-Governadoria do Estado, 13 de junho de 1988. ROBERTO DA ROCHA KOS - Major PM Ordenador de Despesas (G. Reg. nº 22969)

REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ NO RIO DE JANEIRO PORTARIA Nº 008 O CHEFE DA REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições conferidas pelo regulamento desta representação,

